

Veículo de Comunicação	Cidade/UF	Data	Dia da Semana
Gazeta Mercantil	SP	22/11/2001	Quinta-Feira
Cadernos/Seção/Editorial/Coluna	Página	Cm/Col	CLIENTE
Opinião	7		ELC

Batalha por tecnologia de ponta

José Maria Ruiz de Gamboa *

Pouquíssimas empresas no Brasil podem ser apontadas como vivendo apenas daquilo que elas próprias inventam, produzem e comercializam. É conhecida a figura do microempresário que comercializa seu invento, mas quando chegamos à empresa de médio porte ou ao grupo daquelas com mais de 30 anos de existência e que apenas trabalham com produtos por elas desenvolvidos, fica difícil encontrar alguma que se enquadre. A fábrica da Sterilair, por exemplo, o festejado purificador de ambientes criado por brasileiro, existe há uma vintena de anos. O Bina, outra idéia brasileira, é algo ainda mais recente. A que se deve a escassez de empresas baseadas em patentes?

A criatividade é uma qualidade nacional e não se faz representar somente por Santos Dumont, que deu ao mundo o avião e o relógio de pulso. O pesquisador José Roberto de Alencar lembra que a máquina de escrever é um invento do padre Francisco de Azevedo (1861), e não de Sholes, que em 1867 montou e vendeu a primeira para a Remington; o planador de Marcos Barbosa é anterior ao alemão Lilienthal; outro pioneiro foi Landell de Moura, que em 1904 patenteou nos Estados Unidos o rádio, o telefone sem fio e o telégrafo sem fio.

O brasileiro inventa muito, mas não encontra ambiente favorável à concretização comercial de suas idéias. Hoje em dia, três são as barreiras que em nosso País se erguem contra o in-

ventor-empresário: a falta de financiamento adequado a quem não pode apresentar garantias reais; a resistência dos que controlam os sistemas ameaçados de substituição pelo novo invento; a desgraça de ver os privilégios de inventor, embora reconhecidos pela Constituição, negados pelos funcionários que decidem as licitações.

Esta última é a pior de todas

as barreiras ao empresário-inventor no Brasil. Nas licitações prevalece o critério do menor preço, o que privilegia os velhos produtos. O novo produto vem onerado pelos investimentos em pesquisa feitos pelo próprio inventor, já que ninguém o financiou. Se o produto patentado oferece vantagens técnicas não cobertas pelos demais, sua aquisição sem licitação seria o procedimento lógico. Mas os funcionários do governo alegam que comprar produto patentado é promover um monopólio, revelando não entender esse conceito, que nada tem a ver com o direito, atribuído mundialmente ao inventor, de comercializar sua concepção de modo exclusivo. A sociedade lhe dá essa vantagem à maneira de compensação pelo tempo e recursos que investiu.

No exterior, onde prevalece a

mentalidade aberta às novas contribuições, nossa empresa ELC – com 30 anos de atividade e titular de patente – tem tido alguns êxitos expressivos: nossos lacres de segurança são aplicados no armamento nuclear e convencional das Forças Armadas dos Estados Unidos; nossos envelopes de segurança são os únicos usados pelo Express Mail do Correio norte-americano, que sozinho responde por 40% do Express Mail mundial.

No Brasil, porém, o ambiente é tão adverso ao inventor que a perspectiva é de desaparecimento da tecnologia autóctone. Dado que o mercado brasileiro é

ainda incipiente em muitos setores, o empresário-inventor dependerá, muito mais que nos países desenvolvidos, do grande comprador – o Estado.

Mas é justamente aí, no segundo escalão do governo, que comanda o processo de aquisições com e sem licitação, que as esperanças do empresário-inventor são definitivamente sepultadas. Se não houver uma profunda mudança de mentalidade, permaneceremos exportando bens primários e manufaturados com tecnologia superada, para importar a tecnologia de ponta cuja implantação aqui se torna inviável.

Temos, para nos inspirar, o exemplo histórico da China, que no século 11 dominava todas as tecnologias necessárias à Revolução Industrial, que só se daria na Europa dali a 350 anos. Produzia aço, carvão, gás e pólvora. Conhecia a bússola e, muito antes de Gutemberg, a impressão com tipos móveis. Portugal ainda nem sonhava em dar partida às grandes navegações e os chineses já construíam navios de 1.500 toneladas. Eis que no século 14 sobe ao trono a nova dinastia Ming, totalmente avessa à tecnologia, e portanto aos inventores, privilegiando antes a tradição espiritual chinesa, as artes e a agricultura. O resultado dessa postura antitecnológica é sabido: a China perdeu a oportunidade de comandar a Revolução Industrial no mundo e terminou submetida, nos séculos posteriores, pelas potências européias que acreditaram na ciência e na tecnologia, a partir das quais firmaram sua posição de supremacia, até hoje vigente.

Este exemplo histórico deveria valer como um alerta para as autoridades brasileiras. Com sua imensa reserva de criatividade, o Brasil tem condições de ombrear com as potências tecnológicas mais desenvolvidas. Será que, apesar disso, vamos preferir continuar apenas copiando modelos industriais superados, sem dar condições ao inventor de explorar comercialmente as idéias que podem permitir ao país produzir e exportar modelos originais?

* Diretor da ELC Produtos de Segurança

“ A criatividade é uma qualidade nacional e não se faz representar somente por Santos Dumont ”